

CLOTÁRIO LUÍS SUPICO RIBEIRO PINTO

Legislaturas: V, VI, VII, VIII, IX, X.

Data de nascimento

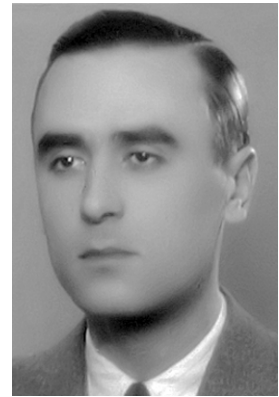
- 1909-06-28.

Localidade

- Lisboa.

Data da morte

- 1986.



Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa.

Profissão

- Alto funcionário da Administração Pública;
- Político.

Carreira profissional

- Administrador da Sociedade Agrícola Algodoeira;
- Membro do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Bonança (1947-1962).

Perfil político-ideológico

- Foi um dos conselheiros privados de Salazar, sobretudo nas remodelações do Governo.

Carreira político-administrativa

- Secretário do Ministro do Interior, Linhares de Lima (1934-1936);
- Vice-presidente do Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria (1936-1940);
- Representante do governo junto da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal e do Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto;
- Conservador do Registo Predial;
- Vogal da Junta Orientadora e da Comissão Executiva do Centro de Estudos Corporativos e do Conselho de Administração de Jogos (1936);
- Subsecretário de Estado das Finanças (1940-1944);
- Ministro da Economia (1944-1947);
- Membro vitalício do Conselho de Estado;
- Deputado à Assembleia Nacional (II Legislatura);
- Membro da Comissão Executiva da União Nacional (1952-1957);
- Membro da Comissão Central da União Nacional (1957-1959);
- Procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Secções
V	Vice-Presidente da Mesa; Conselho da Presidência. 25. ^a – Finanças e economia geral; 10. ^a – Indústrias têxteis (<i>Assessor</i>); 19. ^a – Autarquias locais (<i>Assessor</i>).
VI	Vice-presidente da Mesa; Conselho da Presidência; VIII – Transportes e turismo (<i>Assessor</i>); XII – Interesses de ordem administrativa (<i>1.ª Subsecção – Política e administração geral</i>).
VII	Presidente da Câmara Corporativa.
VIII	Presidente da Câmara Corporativa.
IX	Presidente da Câmara Corporativa.
X	Presidente da Câmara Corporativa.

Pareceres subscritos/relatados [Total: 37]

V Legislatura (1949-1953) [16]

- 10/V – Autorização de receitas e despesas para 1951 (*Relator*).
- 12/V – Revisão da Constituição Política.

- 13/V – Processo de liquidação de sisa devida nos casos de partilhas judiciais, quando haja lugar ao pagamento de tornas.
- 14/V – Proposta de lei de autorização da emissão dum empréstimo interno denominado «Obrigações do Tesouro, 1951».
- 15/V – Conservação dos edifícios escolares.
- 16/V – Projecto de lei de aditamento dum artigo à Constituição Política, sobre a defesa da língua.
- 17/V – Projecto de lei de um aditamento ao artigo 109.º da Constituição, sobre a ratificação de decretos-leis.
- 18/V – Projecto de proposta de lei do condicionamento das indústrias.
- 19/V – Plantio da vinha no continente.
- 22/V – Autorização das receitas e despesas para 1952.
- 25/V – Estatuto do Turismo (*Relator*).
- 36/V – Plano de Fomento – Parte I – continente e ilhas.
- 38/V – Autorização das receitas e despesas para 1953.
- 39/V – Tributação da mais-valia dos produtos ultramarinos.
- 44/V – Arborização de terrenos para fixação e conservação do solo.
- 45/V – Colonização de zonas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola.

VI Legislatura (1953-1957) [21]

- 1/VI – Autorização de receitas e despesas para 1954.
- 4/VI – Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro.
- 6/VI – Regime da indústria hoteleira (*Relator*).
- 7/VI – Acordo criando a Comissão de Cooperação Técnica em África ao Sul do Sara.
- 8/VI – Responsabilidade pelos encargos em matéria de assistência hospitalar.
- 9/VI – Autorização das receitas e despesas para 1955.
- 11/VI – Protocolo Adicional ao Tratado do Atlântico Norte.
- 17/VI – Assistência aos funcionários civis tuberculosos.
- 18/VI – Obras de pequena distribuição de energia eléctrica.
- 21/VI – Alterações a Lei Orgânica do Ultramar.
- 26/VI – Limitação da remuneração dos corpos gerentes de certas empresas.
- 32/VI – Interpretação e extensão das isenções concedidas pela Lei n.º 2073.
- 36/VI – Turismo (*Relator*).
- 38/VI – Execução do princípio da obrigatoriedade do registo predial.
- 41/VI – Plano de Formação Social e Corporativa.
- 42/VI – Corporações.
- 44/VI – Autorização das receitas e despesas para 1957.
- 45/VI – Instituto Nacional de Investigação, Tecnologia e Economia Industrial.
- 46/VI – Delitos contra a saúde pública e a economia nacional.
- 54/VI – Agências de viagens (*Relator*).
- 56/VI – Reorganização do sistema de crédito e da estrutura bancária.

VII Legislatura (1957-1961)

Não subscreveu ou relatou qualquer parecer.*

VIII Legislatura (1961-1965)

Não subscreveu ou relatou qualquer parecer.*

IX Legislatura (1965-1969)

Não subscreveu ou relatou qualquer parecer.*

X Legislatura (1969-1973)

Não subscreveu ou relatou qualquer parecer.*

* Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 39 442, de 21 de Novembro de 1953, «o Presidente da Câmara Corporativa considerar-se-á, durante o exercício das suas funções, impedido da representação que lhe corresponder, devendo ser substituído na secção de que fizer parte pela forma prevista na lei para a respectiva designação.»